

Apresentação e discussão do estudo Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, para parcelamento de solo urbano, referente ao licenciamento ambiental de empreendimento LA TORRE MEIRELES na Região Administrativa de Santa Maria

Legenda:

(mm:ss) – tempo da fala.

(...) – palavra ou expressão inaudível.

(F) – falas de fundo

(?) – Dúvida.

Senhor Antonio (00:00)

Boa noite a todos. Em nome do Instituto Brasília Ambiental gostaria de dar as boas vindas a todos os participantes. Nessa noite a gente inicia mais uma audiência pública referente ao licenciamento ambiental, hoje 23 de setembro, com início às 19h00. Hoje a audiência pública trata da apresentação e discussão do estudo de relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, para parcelamento de solo urbano referente ao licenciamento ambiental, licença prévia do empreendimento denominado La Torre Meireles, localizado no setor Meireles, Santa Maria. Antes de dar início a audiência pública na sua parte de apresentação técnica como de costume a gente faz a leitura do regramento da audiência pública para que todos tenham ciência possam saber como participar e entender o funcionamento e as regras da audiência pública. Em virtude das medidas de enfrentamento como medida de precaução frente a emergência de saúde pública essa audiência pública é realizada no formato virtual. Transmitida pelo canal do Brasília Ambiental no Youtube, sendo realizada de forma on-line conforme previsto nos seus regramentos e normativos. Hoje, a audiência pública é regida pela Instrução Normativa 27 de 06 de agosto de 2020 a Instrução Normativa do IBRAM que instituiu a possibilidade de audiência pública virtual nos processos de licenciamento conduzidos pelo órgão ambiental e com base na resolução CONAMA 494 de 2020 que também estabeleceu em caráter excepcional e temporário nos casos de licenciamento ambiental a realização da audiência pública na sua forma remota. Informações sobre o processo que vai ser tratado hoje a audiência pública esse é processo de licenciamento ambiental número 0039100003099/202061. O empreendimento La Torre Meireles, localizado no setor Meireles, Santa Maria, DF. Tipo de licença é a licença prévia para a atividade de parcelamento de solo. Interessado empreendedor La Torre Clube da Cultura e Lazer Limitada e a empresa responsável pela elaboração do estudo é ECOTECH Tecnologia Ambiental Consultoria Limitada. Os avisos de publicação da audiência pública foram feitos com base na Lei 5081 de 2013, publicados no site, no DODF e no jornal de grande circulação conforme previsto nesta lei e na Instrução Normativa número 27 de 2020 do Brasília Ambiental. Toda a documentação, os estudos que são objetos dessa audiência pública eles estão disponíveis na página da internet do IBRAM, no site do IBRAM, conforme endereço www.ibram.df.gov.br. Então, quem ainda não teve acesso e quiser ter acesso ao site do IBRAM tem lá a aba de audiências públicas que estão em andamento e vai poder ter acesso a toda a documentação constante no site do IBRAM são os estudos ambientais e o regulamento da audiência pública também. A audiência pública tem com objetivo a apresentação do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, referente a esse processo com base na Resolução CONAMA 9 de 87 e na Lei Distrital 5081 de 2013. Esse processo trata da licença prévia o processo de licenciamento é o processo trifásico como na de LP, a licença prévia, é analisada a questão da concepção e viabilidade ambiental de empreendimento. E depois na etapa posterior é analisada a licença de instalação e por último a licença de operação. Cabe destacar que a audiência pública ela é uma etapa obrigatória dos processos de licenciamento para parcelamento de solo, sendo um fórum de participação social, de participação para todos os interessados que possam tirar suas dúvidas, encaminhar suas contribuições, seus questionamentos e essas contribuições e encaminhamentos são incorporados ao processo de licenciamento ambiental para que possa ficar disponível para a equipe técnica avaliar junto com a documentação e os estudos que são apresentados pelo empreendedor. A transmissão da audiência pública é feita no canal do Brasília Ambiental no Youtube conforme previsto na Resolução CONAMA 494 de 2020 é disponibilizado um

ponto de acesso físico para que as pessoas com dificuldade de acesso a internet possam acompanhar a audiência pública virtual. Esse ponto de acesso se encontra no Centro Educacional 416 de Santa Maria, situado na QE 416/516, lote A em Santa Maria. Como se dá o encaminhamento das contribuições dos interessados em participar e contribuir com a audiência pública? A gente tem dois canais de comunicação que ficam disponíveis para que possam ser encaminhadas as perguntas, os questionamentos e participações. O primeiro é pelo Whatsapp no telefone (61) 99248 9698. Os encaminhamentos podem ser no formato de texto ou de áudio dando preferência para o formato de texto e para aquelas pessoas que tenham alguma dificuldade para encaminhamento do texto podem encaminhar no formato de áudio. O segundo canal de comunicação disponível é pelo e-mail do Brasília Ambiental no licenciamento.ibram@gmail.com. No site fica disponível o formulário para serem encaminhadas as perguntas pelo e-mail. No Whatsapp e e-mail podem ser encaminhados documentos que tenham interesse em anexar a ata completa da audiência pública. O chat do Youtube fica aberto, mas para interação dos participantes, mas a gente solicita que os encaminhamentos dos questionamentos sejam feitos preferencialmente pelo Whatsapp e pelo e-mail que repassei agora a pouco para que a gente possa fazer a padronização do recebimento das contribuições que no chat é mais difícil de a gente fazer o acompanhamento. E é importante dizer que o encaminhamento a pessoa se identifica com seu nome completo, se ele for representante de alguma entidade, de alguma instituição que ele coloque o nome da instituição para que isso possa ficar...a gente possa ter a identificação do interessado para fins de registro na ata completa da audiência pública. As mensagens que não contenham a identificação do interessado elas não são registradas, não são válidas, por que a gente não vai ter quem foi o... a identificação de quem encaminhou o questionamento. As manifestações devem ser realizadas de forma objetiva para melhorar o aproveitamento das contribuições e do tempo que a gente tem disponível para a audiência pública. As manifestações encaminhadas como eu já tinha falado preferencialmente no formato de texto. A partir do início da audiência pública quem já tiver seus interesses, quem já tiver seus questionamentos formulados, suas contribuições já podem encaminhar por esses canais por e-mail ou pelo Whatsapp para que a gente possa já fazendo a tabulação para que a gente possa fazer a leitura e a apresentação dos questionamentos e contribuições. A ordem de encaminhamento é de acordo com a ordem de chegada das mensagens dos e-mails sendo, que a gente pode agrupar esses questionamentos para que a leitura e os encaminhamentos aqui da mesa possam ser feitos de forma mais organizada. Se não houver tempo hábil para responder todos os questionamentos, se forem questionamentos mais específicos que requeira mais tempo para que ele possa ser encaminhado essas contribuições, perguntas que forem encaminhadas não houver tempo a gente inclui depois a resposta na ata completa para que possa ficar disponível também como anexo da ata a resposta que não for encaminhada a tempo aqui dentro da audiência pública. Independente de ter participado ou não da transmissão ao vivo da audiência pública qualquer cidadão poderá no prazo máximo de até dez dias contados aqui da data da audiência pública, 23 de setembro, fazer seus encaminhamentos, contribuições, questionamentos através do e-mail licenciamento.ibram@gmail.com ou do e-mail da sulam@ibram.df.gov.br, onde serão posteriormente respondidas e incluídas na ata completa que é publicada em até trinta dias após a realização da audiência pública. O vídeo com a transmissão da audiência pública ele fica disponível no canal do Youtube para que possa ser acessado tanto durante esses dez dias como a qualquer momento. Mais informações sobre o regulamento da audiência pública podem ser obtidas através do site do IBRAM vou repetir aqui o endereço www.ibram.df.gov.br. Em relação à duração da audiência pública. A audiência pública tem a duração máxima prevista de duas horas, sendo possível seu encerramento antecipado no caso as manifestações dos interessados já tenham sido realizadas e respondidas. Atingido o prazo de duração máxima da audiência pública poderá ser prorrogado pelo um período de trinta minutos à audiência pública. Peço só para aguardem só um pouquinho que a gente está só uma questão técnica aqui para a gente resolver e continuar o andamento da audiência pública. Então, retomando aqui a audiência pública ela tem a duração de duas horas podendo ter um tempo adicional de trinta minutos. A audiência pública ela é dividida em quatro blocos. A abertura com a leitura dos principais itens do regulamento e as regras de funcionamento da audiência pública virtual passando para exposição técnica de até trinta minutos podendo ser concedido um tempo adicional de quinze minutos. Após a exposição técnica a gente faz um intervalo de quinze minutos para organização das perguntas, dos questionamentos. Retomando após esse intervalo para que a gente possa fazer a apresentação das manifestações e os encaminhamentos das respostas pela mesa. Após essa etapa a gente faz o encerramento da audiência pública. Nesse momento a gente vai dar início ao encaminhamento da exposição técnica. Eu vou passar a palavra André Luiz da

Silva Moura, responsável técnico pela apresentação do RIVI e o representante da consultoria ambiental da ECOTECH. Ele vai fazer com relação ao estudo e do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, juntamente com sua equipe técnica. André se puder começar podemos começar a exposição.

Senhor Andre Luiz (13:42)

Boa noite a todos. Vou compartilhar a apresentação. Boa noite. Vou falar hoje do parcelamento de solo urbano denominado La Torre Meireles que é uma gleba particular pertencente a La Torre Clube de Cultura e Lazer Limitada. Essa gleba ela possui 9.99 hectares de área topográfica e 10 hectares de área escriturada em Santa Maria, na Região Administrativa de Santa Maria, Distrito Federal. Os acessos a essa gleba eles são feitos pelas intercessões da rodovia BR040 com a Avenida Alagado ou a intercessão da BR040 com a Avenida Santa Maria ou ainda a intercessão da BR040 com a recentemente pavimentada Rodovia VC371. Por todos esses acessos busca-se seguir para a via da QR 518, conjunto A, que confronta com a nossa gleba. O processo de licenciamento ambiental do parcelamento de solo urbano é o 391000030992020-61. A localização dela no Distrito Federal está situada no trecho sul/sudoeste do Distrito Federal, na Região Administrativa de Santa Maria. Para ter uma localização mais precisa ela está na malha urbana de Santa Maria Norte, onde a gente pode observar os acessos que eu informei. Aqui é a BR040. O acesso pela Avenida Alagados. O acesso pela Avenida Santa Maria e o acesso pela VC371 todas seguindo em direção a via da QR518 para confrontar com a entrada do lote, com a entrada da gleba. Eu vou falar um pouco do passado do uso e ocupação da gleba ate chegar ao presente e como ela se encontra hoje, depois mostrar qual é a proposta de uso e ocupação dessa gleba, com seus efeitos sobre o meio ambiente. Então, até o final da década de 1970 essa gleba era coberta por vegetação nativa do cerrado. A partir do final dessa década a cobertura ela foi sendo substituída gradativamente por atividades rurais. Especialmente por pastagens. Tendo sido mantida algumas árvores na porção norte dessa gleba. Já na década de 2010 iniciou-se o desuso gradativo da gleba para pastagem o que favoreceu a regeneração natural da flora, da vegetação típica cerrado sentido restrito. Hoje, de acordo com a lei que trata d cerrado, a Lei Distrital 6520, essa área é caracterizada com abandonada, pop que é um espaço que foi utilizado para produção rural que está atualmente sem exploração produtiva, pelo menos três anos e também ela não se encontra em (?)(17:35), não tem a pretensão de utilizá-la novamente para fins rurais, uma vez que se propõe o seu parcelamento com finalidade urbana. Aqui nessa imagem, a gente espelha...aqui na imagem eu espelho...faço acompanhamento das ocupações em uma análise multi-temporal mostrando como que o espaço é ocupado por vegetação nativa na década de setenta, 1978 especificamente. Em 1986, essa área já começou a ter uma mudança para uso rural. Continuou em 1997, parte da malha urbana de Santa Maria havia sido implantada e o uso rural permaneceu. Em 2002, a situação semelhante. Em 2009. E atualmente já com a malha urbana de Santa Maria consolidada. Em baixo ainda tem um pedacinho do início da ocupação do setor Meireles pelo Total Vile. Então, essa região toda ela está em um processo de cornubação está se convertendo em uso urbano e esse espaço está sendo proposto para esse uso. Essa gleba hoje está sem exploração produtiva. Ela é coberta por regeneração natural do cerrado, de árvores típicas de cerrado sentido restrito. Encontram-se nela hoje apenas duas trilhas que atravessam essa gleba que leva a população de Santa Maria par apegar o ônibus ali na Rodovia BR040 e ela está atualmente sem gerar emprego e renda. Aqui uma foto visto de cima da propriedade, onde se vê na porção norte uma quantidade de árvores um pouquinho maior que na parte sul que é mais uma vegetação herbácea que predomina. Observa-se também aqui a malha urbana de Santa Maria se confrontando e aqui a vicinal 371 que foi recentemente asfaltada. Outra perspectiva da gleba, onde se percebe a conexão, ela conectada com a malha urbana da Santa Maria que configura até essa gleba como vazio urbano. Esse espaço aqui ele foi mantido fora da gleba por que aqui como tem a interseção da rodovia BR 040, com a vicinal e tem uma saída aqui também com outra rodovia há pretensão de se utilizar isso para um futuro viaduto. Bom, o uso projetado dessa gleba já olhando para o futuro ele se fundamentou em um estudo de urbanismo que foi aprovado pela SEDUR por meio do parecer técnico número 999 de 2021. Pelo Ofício 1.053 a SEDUR, inclusive, já notificou o IBRAM que o estudo preliminar de urbanismo está aprovado e apto para dar seguimento ao licenciamento ambiental prévio. Nesse sentido o estudo urbanístico ele propôs a criação de doze lotes, dos quais sete lotes, que ocupam um pouco mais de quatro hectares, eles são para uso comercial, de prestação de serviços, industrial e institucional de porte regional. Dois lotes também têm mesmo tipo de uso com quase um hectare. Um lote ele está destinado para misto alem de abarcar

esses usos comercial, prestação de serviços, industrial e institucional também abarca o uso residencial. E dois lotes são para equipamentos públicos comunitários que ocupam meio hectare. Foi destinado também um pouco mais de meio hectare para espaço livre de uso público. E o equipamento público urbano que vai comportar a infraestrutura de saneamento ocupa quase meio hectares também. E o sistema de circulação interno dessa gleba ocupa um pouco mais de um hectare. A população projetada para as unidades residenciais que podem ser edificadas elas reúnem cerca de 1.500 habitantes. Totalizando um total de até 454 domicílios que podem ser feitos nas ocupações de uso misto. A população flutuante que é a população comercial ela beira os 2.350 usuários dia. Essas populações serviram para fundamentar o consumo e abastecimento de água, geração de esgoto que a gente vai ver um pouquinho mais a frente. A proposta, o desenho urbanístico do projeto do La Torre Meireles é esse aqui apresentado com lote comercial de uso misto. Os lotes meramente comerciais aqui. Lotes comerciais também. Equipamentos públicos e comunitários e a ELUP, espaço livre de uso público. Aqui é uma perspectiva de como se pretende e como pode ficar o empreendimento assim que ele for implantado, consolidado. Bom, as condições que motivam o uso proposto. Primeiro, a localização do PDOT. Ele está cem por cento situado na zona urbano consolidada que é o espaço composto por áreas predominantemente urbanizadas, como é o caso da região limítrofe, não é, da circunvizinhança que já está com sua ocupação consolidada. É composta por área servidas por infraestrutura e servida por equipamentos comunitários, como é o caso de Santa Maria, lá já tem toda a infraestrutura urbana assentada e equipamentos comunitários para atender a comunidade local. Essa gleba na elaboração do seu projeto de urbanismo, ele atendeu todas as diretrizes da ZUC ao desenvolver as potencialidades desse núcleo urbano incrementando, a dinâmica interna e promovendo o uso diversificado, de forma que otimiza o transporte público, oferta de empregos e a utilização da infraestrutura urbana e os equipamentos públicos que já estão instalados. Aqui é uma figura da inserção da gleba, do La Torre Meireles dentro da zona urbana consolidada, da ZUC. E avançando aqui a gente vê que outra condição também é que ela situa, essa gleba, ela se situa ao longo do corredor de transporte que é a rodovia BR040 que se integra com a EPIA e com a BR020. Atravessa o Distrito Federal de sul a norte, digamos. E é um eixo de conexão entre núcleos urbanos consolidados que vem de Luziânia que passa pelo Val Paraíso, Santa Maria, Park Way, Núcleo Bandeirante e essas demais cidades. Integrando até com o Cruzeiro e os núcleos urbanos que estão no sentido norte do DF. É um pólo gerador de empregos e oferta de serviços por que vai complementar esse vazio urbano, vai propiciar e complementar esse vazio urbano com uma ocupação comercial lógico gerando emprego e serviço aí para a comunidade e ampliando a oferta de emprego. Contribui também para suprir parte da demanda imobiliária, não só comercial como residencial também pela ocupação no lote misto. Então, isso é outro elemento urbanístico que favorece essa proposta. Situa-se no vazio urbano em uma área apta para esse tipo de ocupação. Alinha-se ao PDOT, especificamente ao Artigo Oitavo, pois otimiza e prioriza ocupações em áreas com infraestrutura implantada aproveitando já a capacidade instalada. Diminui custos de implantação, operação e manutenção para o próprio governo, para o Estado. E está em conformidade também com as diretrizes urbanísticas do Setor Habitacional Meireles que é a DIUR 06 de 2016, inserindo-se na sua zona B. Essa gleba ela também possui as diretrizes urbanísticas específicas e o seu estudo preliminar de urbanismo considerou todo o PDOT, toda DIUR e toda DIUP. Então, ele foi integralmente concebido seguindo todas as normas e uso de ocupação do solo. A luz do zoneamento da DIUR a gente mostra aqui que ele se encontra na sua zona B. a luz da DIUP, também na própria zona B da DIUR, só que aqui a DIUP ela especificou o sistema viário que deveria haver para conectar a gleba tanto a malha urbana de Santa Maria quanto ao Setor Habitacional Meireles. E agora a gente vai para as características ambientais. Falei um pouco das características urbanísticas, das vantagens da ocupação urbana ali no local que já teve seu ambiente alterado. Então, as características ambientais principais é que essa gleba ela não se situa em qualquer categoria de unidade de conservação. Ela não possui áreas de preservação permanente ou outras áreas edificantes por restrições de ordem ambiental. Ela está no divisor das Bacias Hidrográficas dos Ribeirões Santa Maria e Saia Velha, corta a gleba parte dessa gleba sua-se na unidade hidrográfica de Santa Maria e parte na unidade hidrográfica do Saia Velha. Uma a unidade hidrográfica de Santa Maria está na Bacia do Rio Corumbá, enquanto a unidade hidrográfica do Saia Velha está na bacia do Rio São Bartolomeu, mas ambas pertencem a região hidrográfica do Rio Paraná, ou sejam, drenam para o sul do país. O Ribeirão Santa Maria, que um potencial corpo receptor de efluente pluvial ele encontra-se hoje...ele tem como meta classe dois, de acordo com a resolução do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal. E nós avaliamos esse corpo de água por ser um

potencial receptor das águas da chuva que vão ser coletadas e lançadas no sistema público. Mais para frente a gente vai falar da infraestrutura sanitária. E o Ribeirão Alagado por sua vez é o potencial receptor do efluente sanitário que vai ser encaminhado para a ETE de Santa Maria depois passado vai ser tratado e lançado no Ribeirão Alagado. Essa figura aqui retrata exatamente a gleba mostrando que parte da gleba está na unidade hidrográfica do Ribeirão Santa Maria e parte na unidade hidrográfica do Ribeirão Saia Velha. Outras características ambientais que diz respeito as rochas que estão identificadas no subterrâneo, que são rochas do grupo R3, do grupo Paranoá, da unidade R3. São metarrilitos arenosos. Não foram encontrados afloramentos rochosos na gleba. Essa gleba o seu solo ele pertence a classe dos latossolos vermelhos que são solos profundos bem drenados e mais resistentes aos processos erosivos, até por que costumam se situar em suave, ondulados e plano como é o caso dela, onde a declividade dessa gleba foi inferior a oito por cento. Nós fizemos alguns ensaios geotécnicos nessa gleba e a classificação que encontramos nos laudos foi que o solo ele consistência muito mole a mole nos primeiros metros, estando sujeitos a recalques. Não tem fatores de risco para escorregamentos e nem desmoronamentos. E o predomínio na área é de baixa suscetibilidade a erosão. Com incrustações de média suscetibilidade que a gente vai mostrar ai nos mapas de risco mais a frente. Aqui é o mapa geológico indicando que a gleba está integralmente inserida na unidade R3 do Grupo Paranoá. Esse outro mapa mostra que a gleba que parte da gleba está no latossolo vermelho e parte da gleba está em latossolo vermelho/amarelo. Ambos do grupo dos latossolos vermelhos com as características já referenciadas. De acordo com a declividade o predomínio da gleba é de zero a três por cento, ou seja, é muito plano. Pequenas incrustações têm uma declividade de até oito por cento, mas todas inferiores a oito por cento. Quando a gente sobrepõe a declividade a classe de solo a gente encontra aqui um mapa de suscetibilidade a erosão que classificamos como muito baixa. Outras características ambientais dessa gleba é em relação ao seu sistema hidrogeológico ..ele tem o sistema, o domínio poroso situado no sistema P1, que é um sistema com uma infiltração muito boa, uma taxa de infiltração de água muito boa. O domínio fraturado também pertence ao sistema R3Q3 que também tem essa sobreposição do sistema P1 sobre o sistema R3Q3 ele configura uma área de recarga regional de aquífero por que essa combinação de solos profundos e bem drenados sobre essa unidade arenosa com declividades baixa mostra que a infiltração de água é bastante elevada e isso foi comprovado nos ensaios de infiltração que nós executamos na gleba. Não foram identificadas áreas úmidas na gleba e tão pouco grotas secas de acordo com o Decreto Distrital 30.315 de 2009. A cobertura vegetal original, como já dito, ela foi modificada no final da década de setenta para o uso rural. Ela tornou a regenerar a partir de 2010 quando esse uso ele foi sendo deixado de lado e favoreceu com que o cerrado fosse regenerando. Esse mapa mostra exatamente a situação hidrogeológica a gleba no sistema P1, do domínio poroso e no sistema R3Q3 do domínio fraturado. Voltando a falar de vegetação aqui na gleba hoje a vegetação regenerante nós fizemos uma classificação como a parte que tem uma densidade maior de árvores, apesar de falar em densidade maior a densidade é muito baixa, são árvores bastante espaçadas, mas ela configura um cerrado senso *strictu* antropizado. E no trecho mais ao sul da gleba a vegetação, a camada herbácea, ela predomina, mas esse predomínio existe algumas árvores, motivo pelo qual classificamos como campo sujo. A paisagem ela se caracteriza pela baixa densidade arbórea e com predomínio da cobertura vegetal exótica ao cerrado na camada herbácea. O inventário florestal ele vai ser executado na próxima fase do licenciamento ambiental para a gente até fazer o requerimento da SV. Então, nesse a gente só fez um levantamento florístico e por meio da identificação das árvores a gente conseguiu caracterizar essas duas fisionomias já citadas. O relatório de fauna elaborado concluiu que a fauna silvestre não sofre riscos diretos e significativos com a implantação. Até por que como essa cobertura vegetal foi alterada há bastante tempo quando possivelmente a fauna foi afugentada e com a ocupação da circunvizinhança pela malha urbana certamente os maiores mamíferos, os maiores grupos da fauna silvestre, eles se afastaram desse local e procuraram locais que estão mais preservados como o outro lado da rodovia BR040, Área Alfa da Marinha e outras regiões mais preservadas. Aqui a diversidade e abundância da fauna ela foi praticamente nula no estudo de fauna que foi realizado. Aqui a gente mostra um pouquinho da parte do trecho em verde, essa imagem mostra a ocupação do cerrado. E na parte azul a ocupação do campo sujo. Nessa parte verde a ocupação do cerrado ela tem uma densidade baixa também de árvores. Ela se concentra um pouco mais nesse espaço, enquanto aqui o predomínio é de gramíneas com poucas árvores no terreno e árvores de pequeno porte. Bom, aqui a gente mostra a inserção da gleba no ZEE, no zoneamento ecológico econômico, estando especificamente na zona ecológica econômica de dinamização e produtividade equidade. E no sub-zoneamento do ZEE ela está na sub-zona de

dinamização produtiva de equidade que é destinada a entregar os núcleos urbanos desse sudoeste/sul do Distrito Federal. Em relação aos mapas de risco apresentado pelo ZEE essa gleba ela se encontra com alto e muito alto risco para perda de área recarga de aquífero e para contaminação do solo. Situação que foi confirmada dada aquela composição do sistema hidrológico do sistema P1 sobre o R3Q3 que cuja taxa de infiltração é muito boa, então, e tem uma recarga excelente do aquífero, então, quando você impermeabiliza realmente você tem uma perda de recarga. E a contaminação é fácil exatamente pela elevada taxa de permeabilidade. Por outro lado, foi classificado pelo ZEE como muito, quase a totalidade da gleba, foi totalizada com alto risco de perda de solos. E a gente no estudo *in loco* em uma escala menor classificando solo, fazendo a sobreposição com declividade e outras informações verificamos o risco de perda por erosão ele não é alto, ele é baixo. Então, em uma escala menor a gente detalhou essa informação. E o risco de perda de vegetação do cerrado o ZEE classifica como ausente, até por que havia sido modificado não sendo considerado remanescente de vegetação nativa. Agora vamos falar um pouquinho das características socioeconômicas da região. A situação de ocupação dos domicílios em Santa Maria que é o que importa e como nós vamos ter a possibilidade de ter 454 residências lá, isso interessa para essa população. Quase sessenta por cento mora em casa própria, mas quase trinta por cento mora de aluguel e outra parte, vamos dizer quase um terço da população de Santa Maria, ou mora de aluguel ou tem a casa própria pagando prestação ou imóvel cedido. Em relação a economia a ocupação das atividades econômicas que também interessa por que a gleba vai ter o usos de comercial, predominantemente comercial, podendo gerar emprego, você percebe que a população de Santa Maria ela está oitenta por cento ocupada com serviços, vinte por cento com comércio, quase vinte e dois por cento com comércio e sete por cento com indústria. Só que parte dessa população você observa que mais de um terço dessa população trabalha no Plano Piloto e um quarto da população ela trabalha na própria Santa Maria. Então, a implementação... a conversão dessa gleba que está sem uso no empreendimento predominantemente comercial propicia que essa população ao invés de está se deslocando para o Plano Piloto, criando aquele movimento pendular, criando engarrafamento e tudo, colabora para fixar essa população aqui, gerar mais emprego aqui, diminuir a população que trabalha no plano piloto e aumentar a população que trabalha aqui mesmo em Santa Maria uma vez que essa gleba vai abarcar exatamente serviço e comércio e pode abarcar indústria quase a totalidade de ocupação dessa população. Então, eles se casam. Em relação a... agora vamos falar um pouquinho da infraestrutura sanitária eu vou passar a palavra para o engenheiro civil Mateus, ele vai abordar essa questão da infraestrutura sanitária depois eu retorno para falar dos efeitos ambientais e dar o encaminhamento final.

Senhor Mateus (40:49)

Boa noite. Eu sou Mateus, eu estou representando a (?) empresa que está responsável pela elaboração dos projetos de infraestrutura. Eu vou falar um pouco aqui do sistema de abastecimento de água, de esgoto e de drenagem pluvial. Então, com base nos dados de ocupação pelo urbanismo a gente consegue prever uma vazão máxima de 18,57 litros por segundo dada essa vazão a CAESB no seu termo de viabilidade técnica número 08 de 2021 ela diz que o sistema de Santa Maria tem plena capacidade de atender esse empreendimento, pois ele será reforçado pelo sistema produtor Corumbá. A única questão que a CAESB pediu é que se fosse feito um reforço para atender devido à topografia, visto que esse empreendimento se encontra em uma zona alta da área de abastecimento de Santa Maria. Então, deverá ser feito um reforço com um *booster*(?) para pressurizar a rede ou utilizar um centro de reservação. Pode passar o slide, por favor, André. Essa é a carta da CAESB que informa com pontos de integração com o sistema existente e onde eles exibem que tem capacidade de atendimento apenas devendo se atentar essa questão da zona alta que a gente deve elevar as pressões. Pode passar mais um slide, por favor.

Senhor Antonio (42:23)

Mateus, Antonio aqui do Brasília Ambiental só para informar aqui para o pessoal a gente está atingindo o tempo dos trinta minutos da apresentação. Então, a gente vai conceder mais os quinze minutos adicionais para que seja feito a conclusão e os encaminhamentos aí da apresentação de vocês, tá bom.

Senhor Mateus (42:44)

Então, posso terminar aqui minha apresentação aqui rapidamente. Tá bom. Agora vou ser breve. Como vocês pode ver ai então, a rede em azul escuro é a rede existente e a gente tem ponto de ligação indicado pela CAESB a gente vai instalar um dispositivo para melhorar as pressões para atender o empreendimento. Pode passar. Relativo ao esgotamento sanitário mais uma vez com base nos dados de ocupação calculamos uma vazão máxima de 08,38 a ETE de Santa Maria e o interceptor de Santa Maria tem capacidade de aportar tal vazão e dado isso a CAESB nos indicou um ponto de interligação nesse interceptor para a gente ter uma destinação adequado para esse esgoto. Visto isso a gente concebeu alguma alternativas para chegar até esse interceptor. Pode passar. Essa é a carta da CAESB informando o ponto de interligação lá no interceptor mostrando as redes existentes próximas. Pode passar. Pra chegarmos ao interceptor deve ser feito um emissário relativamente grande e passando por fora e é o mais desejável para evitar mais transtornos do que passando pela zona urbana. Pode passar. Na segunda proposta passar esse emissário também por fora da zona urbana interligando em um emissário que vai existir no futuro de outro empreendimento. Então, na data que o La Torre foi implantado já existirá esse emissário. Poderemos interligar então, o emissário do La Torre em outro emissário já existente. Então, essa é a segunda alternativa. Pode passar. E a terceira alternativa seria por dentro do perímetro urbano, mas como já citei essa estimativa não é muito desejável, pois causaria muitos transtornos as obras. Então, o ideal que está sendo focado é que sejam feitas as alternativas dois ou um passando por fora do perímetro urbano e chegando ao mesmo ponto de interligação indicado pela CAESB para destinação do esgoto. Bom, em relação a drenagem, como o Andre já havia falado, a impermeabilização do local vai gerar um aumento da demanda e da vazão pluvial. E o que tem que ser feito é que essa vazão será lançada no sistema existente. O que propomos é que essa vazão seja retida seja feita um sistema de retenção de forma que ela seja lançada no sistema existente em uma vazão inferior a que atualmente é lançada. Como está mostrando ai ultimo tópico desse parágrafo, a vazão máxima da bacia de retenção é 243,83 litros por segundo que é uma vazão inferior ao que foi calculado para o que está ecoando agora dessa gleba na rede. Com base nisso a gente tem também alternativas de amortecimento *in loco* nos lotes que visam diminuir a dimensão desse sistema de retenção. Então, pelo cumprimento da Lei 929 de 2017 os lotes com mais de 600 metros quadrados são obrigados a amortecer e lançar a sua vazão pluvial na vazão de pré-desenvolvimento e por isso que a gente consegue reduzir as dimensões do sistema de retenção. O cenário um seria um sistema de retenção que não considere esse amortecimento. O cenário dois é considerando um funcionamento perfeito desse amortecimento *in loco* dos lotes. E o cenário três é o que será adotado considerando o amortecimento dos lotes, mas com uma faixa de segurança. Então, o sistema de retenção a ser projetado é considerar o amortecimento desses lotes com uma faixa de segurança e lançar no sistema existente com a vazão inferior a que é atualmente lançada, de forma a não prejudicar o sistema de drenagem pluvial existente. Pode passar. E a bacia de retenção será localizada no lote de equipamento público e a partir da saída dela nós podemos interligar em uma rede existente de drenagem pluvial, lembrando que ela estará lançando uma vazão menor do que atualmente é contribuída para essa rede. E aqui eu posso encerrar e passar novamente a palavra para a ECOTECH.

Senhor André Luiz (47:14)

Retomando aqui, eu vou falar um pouco dos impactos positivos. Então, os impactos positivos geralmente são sobre a socioeconomia e os negativos são dos recursos naturais. Então, os principais impactos positivos são a valorização das terras que é a conversão da gleba para uso urbano, a melhoria da infraestrutura urbana na região, a ocupação ordenada do solo com o aproveitamento do vazio urbano ao invés de ocupar novas áreas onde seriam modificações características naturais do ambiente. Então, está poupando algumas áreas de cerrado nativo de vegetação primária ao invés de ocupar áreas novas ocupa-se uma área que já foi alterada, um melhor aproveitamento do espaço em termos urbanísticos de infraestrutura, o atendimento as normas urbanísticas e ambientais, a consolidação do setor urbano, a otimização da função social da terra. Temos ainda como impacto positivo a oferta imobiliária para parcela da população que reside em imóveis alugados ou cedidos que totaliza quase um terço que vai ter a possibilidade de adquirir sua casa própria ou pessoas de outras localidades também que queiram vir morar em Santa Maria. A oferta dos imóveis para comércio e serviços atividades que corresponde de 22 a 70 por cento da ocupação da população em Santa Maria, permitindo fixar parte da população nessa

RA que trabalha em outras RAs que é quase três/quartos da população de Santa Maria sai da cidade para trabalhar em outros locais. Então, gerando emprego aqui você consegue fixar e até diminuir o problema de mobilidade urbana entre as cidades. E diminuir a pressão e a geração de emprego, ocupação, renda e tributos. Tanto durante a etapa de planejamento, construção quanto a ocupação do La Torre Meireles. Agora os impactos negativos efetivos ou potenciais serão a supressão da vegetação com a modificação da cobertura vegetal mesmo que é o cerrado em regeneração, o afugentamento de alguma fauna que ainda esteja por aqui, principalmente, aves, pequenos animais da herpetofauna e a poluição atmosférica através da emissão de gases particulados, suspensão de partículas poeira, principalmente, durante as obras quando você tem uma movimentação de máquinas pesadas e na estação seca intensifica a suspensão de poeira e baixa qualidade do ar. Também tem o problema da poluição sonora dada a vizinhança muito próxima. Então, durante as obras há possibilidade de haver incomodo essa comunidade circunvizinha. A poluição e assoreamento do Ribeirão Santa Maria que isso é impacto potencial adotando as medidas que a gente vai falar isso pode ser evitado. A redução das recargas dos aquíferos que é um impacto que vai acontecer por conta do que a gente já informou da boa composição que tem o sistema P1 sobre a unidade R3Q3 em terreno plano que configurando uma área propícia a recarga. Contaminação da água do subterrânea o consumo de água subterrânea durante as obras. A possibilidade de utilização de água de poços para evitar o consumo de água tratada que é uma água cara. A alteração de micro-clima substituindo ai essa cobertura vegetal mesmo que seja um cerrado em regeneração, a vegetação secundária, substituí-la por asfalto, concreto e outros materiais que absorvem e irradiam calor. Mudança de ventilação formando ilha de calor. Então, isso altera micro-clima. A compactação do solo com o selamento superficial, redução de infiltração das águas pluviais, o aumento do escoamento que pode ocasionar um processo erosivo. Outros efeitos ambientais efetivos e potenciais são contaminação do subsolo, consumo de recursos minerais, a geração de resíduos sólidos da construção civil, a atração de animais cosmopolitas como ratos, baratas, moscas. A geração de esgoto. A geração de resíduos sólidos. A questão do consumo de energia elétrica. Proliferação de zoonoses e para evitar esses impactos que nós identificamos, que a equipe técnica identificou, são propostas de medida de controle ambiental. As medidas preventivas são interligar o canteiro de obras ao sistema de esgotamento sanitário operado pela CAESB e/ou instalar temporariamente fossas sépticas no canteiro enquanto não há essa interligação preferindo-se a primeira alternativa. Perfurar poço tubular em consonância com outorga prévia dotando a área de proteção o poço de proteção sanitário hidrômetro para que essa água bruta possa ser utilizada para as obras invés de utilizar água tratada. Interligar o sistema de abastecimento de água do canteiro de obras ao sistema produtor da CXAESB e ai já para fins de consumo humano. Racionalizar o consumo de água para evitar desperdícios. Implantar o sistema de drenagem pluvial logo no início das obras para evitar que as chuvas possam acarretar problemas para a comunidade, abrir erosão, espalhar lama pelas ruas. Abastecer e lubrificar maquinário em local com piso impermeável dotado de cobertura e com canaletas de contenção interligados a sistemas separador de água e óleo para evitar a contaminação do subsolo. Efetuar manutenções preventivas. Trabalhar com a frota cujas a s manutenções preventivas e corretivas sejam feitas rigorosamente. Usar barreiras de contenção de material betuminoso quando for fazer o asfaltamento. Preferir fazer na época da seca, mas como a obra ter uma longa duração quando se fizer na época da chuva utilizar a barreira de contenção. Orientar motorista de caminhões, dos veículos utilizados na obra para os operadores de maquina em relação a velocidade e a pratica de direção defensiva para evitar suspensão de poeira e ocorrência de acidente. Proibir qualquer queima de resíduos. Atender todas as diretrizes do plano de resíduos da construção civil para minimizar os efeitos dos resíduos gerados sobre o meio ambiente. Estocar o *topsoil* para uso como substrato conforme determina as normas. Incluir no sistema de drenagem pluvial antes do ponto de lançamento final das águas a bacia de qualidade vazão como já foi falado. Manter o subsolo exposto pelo menor tempo possível, ou seja, as escavações, qualquer vala, qualquer movimentação de solo deixar o solo exposto pelo menor tempo. Realizar manutenções preventivas na rede água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial. Efetuar o correto acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos. Monitorar a qualidade de água do Ribeirão Santa Maria e das águas subterrâneas explotadas para verificar potenciais efeitos de contaminação decorrentes da implantação e ocupação do empreendimento. E como medida corretiva recuperar todos os trechos degradados, ao final da obra repor a cobertura vegetal nas áreas verdes, executar manutenções sempre que detectar algum equipamento, alguma máquina, veículo trabalhando e gerando ruído excessivo, emitindo gases acima dos níveis máximos permitidos ou vazando fluidos que possam o solo, subsolo, a água subterrânea.

Aspergir água nos locais onde houver suspensão poeira tanto para os trabalhadores quanto para a vizinhança. Promover o imediato descarte dos resíduos orgânicos que tiverem atraindo animais. Esgotar as fossas sépticas se forem utilizadas e se utilizar as fossas sépticas instalar e fazer toda assepsia, toda remediação e encaminhar o esgoto coletado para uma ETE. Remediar o eventual derramamento combustível, lubrificante ou outras substâncias perigosas. No caso da utilização de poço ao terminar obturar ou lacrar. Promover a recuperação processos erosivos incipientes. Reparar imediatamente o sistema de abastecimento de água, esgoto e drenagem que tiverem apresentando defeito e repor a vegetação, como já foi dito, nos trechos das áreas verdes. As medidas mitigadoras são instruir e orientar todos os trabalhadores sobre as questões e as condicionantes ambientais da obra através de atividades de educação ambiental. Retirar eventuais abrigos da fauna que forem encontradas antes da remoção da vegetação, antes de suprimir a vegetação. Limitar a retirada da cobertura vegetal e somente nos espaços, nos trechos previstos na urbanização constantes no estudo preliminar de urbanismo. Retirar a vegetação de forma gradativa sedimentando a obra em trechos para evitar a exposição prolongada do solo. Estocar o *top soil* para utilizar depois na reposição da cobertura vegetal. Enclausurar as máquinas e equipamentos que gerem ruídos acima dos níveis tolerados para diminuir esse efeito na vizinhança. E para os trabalhadores eles utilizarem os protetores auriculares ou abafadores. Aspergir água no solo sempre que tiver acontecendo a suspensão de particulados. Promover o reuso da água decantada nas lavagens das betoneiras. Utilizar caminhões pipa e limpa fossa outorgados pela ADASA. Instalar rede de drenagem pluvial de conformidade com a norma. Implantar vias de serviço no canteiro de obras por onde as máquinas possam preferencialmente transitar para não compactar diversos locais. Instalar lava rodas nas saídas do canteiro de obras para diminuir o problema para a vizinhança. Utilizar materiais de origem mineral apenas de fornecedores que possuam licenças ambientais. Utilizar madeira certificada. Construir edículas para abrigar os contenedores de lixo. Instalar lâmpadas de baixo consumo. Instalar dispositivos economizadores de energia. Efetuar o acompanhamento periódico da obra em relação ao atendimento tanto das condicionantes quanto dos programas de monitoramento ambiental. E como medida compensatória efetuar a compensação florestal nos termos do Decreto Distrital 30.469 de 2018 e realizar a compensação ambiental nos termos das Instruções Normativas 76 de 2010, 01/2013 e esquecida 76 de...eu esqueci o ano. Todas que tratam da compensação ambiental. Outras medidas de controle ambiental, as medidas de controle ambiental, elas também vão ser acompanhadas através do monitoramento ambiental. Através do plano de acompanhamento de ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação, de espécie da fauna e movimento da terra isso quando for promover a supressão da vegetação, o nivelamento a limpeza do terreno. O plano de acompanhamento de recursos hídricos e efluentes de obras. Plano de acompanhamento de ruído de obras e emissões atmosféricas. Plano de acompanhamento de processos erosivos. Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, de vigilância sanitária e o programa de educação ambiental conforme determina as normas do IBRAM. Aqui ficam algumas imagens do terreno, da gleba, trechos da gleba onde se pode observar melhor a parte com menos arborização. A trilha utilizada pela comunidade para atravessar a gleba da QR 518. É bem visível as trilhas que atravessa da QR 518 para a BR 040. A ocupação aqui por cerrado aqui a parte de campo sujo. Aqui consegue-se visualizar um pouco mais. Agora vista de baixo é uma área que a gente percebe que passa fogo com alguma frequência até pela quantidade e circulação de muitas pessoas. E na época da chuva um pouquinho de braquiária que predomina é essa vegetação herbácea exótica ao cerrado com árvores de pequeno porte espaçadas. Todas pertencentes ao cerrado típico, cerrado no sentido restrito. Isso aqui foi durante o levantamento florístico que nós fizemos uma pequena caracterização da flora e conseguimos mostrar para vocês. Eu vou passar um pouquinho mais rápido. Que é essa área hoje ela já está bastante alterada apesar dessa regeneração, dessa regeneração do cerrado. Ela ainda guarda características bastante antropizadas. Diante disso, as considerações e as conclusões que a equipe tem é que todos os dez hectares da gleba particular são passíveis de uso e ocupação, onde se pode assentar até mil e quinhentos habitantes, instalar comércio e serviço propiciando dinamizar a economia local. O projeto urbanístico atendeu as diretrizes da legislação ambiental, do PDOT, da DIUR, das diretrizes urbanísticas 06 de 2016 do setor habitacional Meireles, atendeu as diretrizes da DIUP 06 de 2019 que é da própria gleba. A ocupação desse vazio urbano permite ao poder público reduzir os custos de implantação, operação e manutenção de toda a infraestrutura urbana local. Não há características geológicas, geomorfológicas, hidrográficas, hidrogeológicas, de declividade, da flora e da fauna que impeçam a implantação do La torre Meireles. Foi constatada por análise de fotografias aéreas e imagens de satélite, vistoria das alterações na cobertura vegetal original. A

implantação do La Torre nessa área alterada próxima a malha urbana contribui para evitar a ocupação de áreas preservadas e conservadas de cerrado para assentar a população humana. Além de otimizar a função social da terra. A gleba não se situa em qualquer unidade de conservação, não possui APP e não restrição para o tipo de uso de solo projetado. Os impactos ambientais negativos identificados podem ser controlados por meio de medidas preventivas, corretivas, mitigadoras e compensatórias indicadas no RIVI. O assentamento no local projetado de parte da população que demanda por habitação própria no DF colabora para preservar e combater ocupações irregulares do solo e viabiliza a ocupação ordenada dessa gleba em termos urbanísticos e ambientais, logo a equipe concluiu como viável a implantação e ocupação do La Torre Meireles conforme estudo preliminar de urbanismo apresentado desde que sejam atendidas medidas de controle ambiental apresentadas no RIVI. Eu agradeço a atenção. Peço desculpas por ter acelerado nessa parte final.

Senhor Antonio (63:22)

Ok. Agradecer ao André e o Mateus pela exposição técnica. São muitos aspectos do empreendimento para serem abordados e é importante essa parte agora dos questionamentos, das manifestações por que ai pode ser detalhado algum ponto da apresentação alguma questão que ainda não ficou bem esclarecida também em relação a apresentação do estudo. Lembrando que essa apresentação ela também fica disponível no site do IBRAM após a audiência pública a gente disponibiliza a apresentação lá no site para que possa ser baixada, visualizada. Conforme o nosso cronograma aqui da audiência pública agora são 20h05 minutos a gente inicia o intervalo que vai até as 20h20 minutos. Lembrando que as contribuições podem ser encaminhadas pelo Whatsapp e pelo e-mail a gente vai disponibilizar aqui na tela para vocês as informações para que vocês possam encaminhar as mensagens pelo Whatsapp ou pelo e-mail. E a gente retorna então, as 20h20. Iniciamos o intervalo da audiência pública. Obrigado.

Áudio 02

Senhor Antonio (00:00)

Boa noite. Retornando aqui do intervalo da audiência pública. A gente passa agora para a parte dos questionamentos das contribuições. Já foi entregue aqui um questionamento aqui a mesa. Eu vou passar a leitura desse questionamento e a gente fica aguardando novas manifestações de interessados que queiram apresentar suas contribuições. Primeira contribuição aqui é do Jorge Alexandre, ele é líder comunitário. Ele questiona em relação a parte da compensação ambiental, esse empreendimento vai gerar compensação ambiental? Qual o valor? E havendo compensação ambiental poderá ser revertido em obras em nosso Parque Ecológico de Santa Maria? A nossa preocupação é que não ocorra a perda da compensação ambiental como ocorreu no Condomínio Total Vile, cuja verba de, acho, dois milhões e quatrocentos, está dois mil e quatrocentos, mas deve ser dois milhões e quatrocentos, que foi aplicada no Parque do Cortado em Taguatinga a cinquenta quilômetros daqui. Eu vou passar aqui para o André para ele fazer suas contribuições iniciais e depois eu complemento o questionamento aqui.

Senhor Andre Luiz (01:47)

Boa noite. Respondendo aqui especificamente ao Jorge Alexandre, o empreendimento vai sim gerar sim uma compensação ambiental. O valor a gente não tem como saber nesse momento, Jorge, por que nós estamos na etapa da licença prévia e a gente só consegue saber o valor da compensação ambiental quando avançarmos para etapa da licença de instalação. Por no cálculo da compensação ambiental existem dois componentes que o VR, valor de referência, e o GI que é o grau de impacto. O grau de impacto ele é composto pelas informações do estudo ambiental que a gente coloca em uma planilha e a gente tem condições de trabalhar o grau de impacto agora. A gente vai fazer tão logo o estudo ambiental seja aprovado a gente já trabalha o grau de impacto. O valor de referência ele depende da elaboração dos projetos executivos de infraestrutura urbana e, também, da valoração da gleba. Por que o componente VR e a soma do valor da gleba com o valor das obras de infraestrutura urbana, diga-se, água, esgoto, drenagem, energia elétrica e pavimentação. Com esse valor joga-se na formula da compensação ambiental e aí é definido o valor da compensação ambiental. Em relação a aplicação da

compensação ambiental no Parque Ecológico de Santa Maria. O valor da compensação ambiental e o uso dela são definidos pelo próprio IBRAM. Eu volto a palavra agora para o Terra, mas eu acredito usualmente o IBRAM costuma aplicar na mesma região administrativa, na mesma bacia hidrográfica, preferencialmente onde ocorreram os impactos.

Senhor Antonio (03:47)

Só complementando aqui a resposta do André, o que ocorre? No tramite dentro do Brasília Ambiental existe a Câmara de Compensação Ambiental e ela tem uma composição própria, regimento próprio e tem o regramento específico para a questão da aplicação das compensações ambientais. Então, existe todo um regramento, toda uma diretriz que é seguida para que seja feito a questão da compensação ambiental e a sua aplicação. E uma das regras é a preferência pela aplicação na região aonde foi feita aquele impacto ambiental. Então, isso depois é feito um, como André falou, na LI o cálculo da compensação ambiental assinado um termo de compromisso e depois esse processo ele é passado para a unidade que cuida aqui das compensações dentro do Brasília Ambiental e posteriormente o tramite até a definição da aplicação do valor ele é feito pela Câmara de Compensação Ambiental que tem representantes de outras instituições, ele não é um colegiado interno, ele tem representantes externos também. No momento a gente não tem nenhuma outra pergunta a gente vai aguardar mais alguns instantes. Então, a gente...vou pedir para recolocar a tela com o e-mail e com Whatsapp e a gente fica aguardando aqui mais alguns minutinhos se aparecer mais alguma contribuição, mais algum questionamento, alguma participação...ok, retornando aqui a continuidade da audiência pública no momento a gente não tem mais nenhum encaminhamento. Eu vou fazer a questão aqui do encerramento e dar alguns informes aqui e se chegar algum questionamento nesse período, aqui nesse meio tempo, a gente abre aqui uma nova possibilidade de manifestação. Como eu havia dito anteriormente a audiência pública fica disponível no site do Brasília Ambiental no Youtube. A documentação fica disponível no site do Brasília Ambiental. E junto com toda a documentação a audiência pública ela fica no Youtube com a possibilidade de participação de em até dez dias aqui da data da audiência pública que possa ser feito mais algum encaminhamento, mais alguma contribuição pelos e-mails que foram citados anteriormente o licenciamento.ibram@gmail.com e o sulam@ibram.df.gov.br em até dez dias se chegar alguma nova participação nesses dois canais a gente encaminha para o empreendedor ou para o próprio órgão ambiental para que a gente faça a resposta e ela seja colocada junto a ata completa da audiência pública que é divulgada em até trinta dias. Não havendo mais nenhuma contribuição a gente passa para o encerramento da audiência pública. Agora são 20h33 minutos. Hoje tivemos aqui a audiência pública do empreendimento La Torre Meireles, processo de licenciamento ambiental 0039100003099/2020-61 o empreendimento La Torre Meireles tipo de licença e licença prévia, tipo de atividade parcelamento de solo urbano o interessado empreendedor La Torre Clube da Cultura e Lazer Limitada e a empresa responsável pela elaboração do estudo é a ECOTECH Tecnologia Ambiental e consultoria. Nesse momento encerramos a audiência pública. Agradecemos a participação de todos e continua disponível ai pelo prazo de dez dias para que alguma nova contribuição possa ser anexada ainda a audiência pública. Boa noite a todos. Obrigado.